



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Ferreira Nunes, Brasilmar

EIXO MONUMENTAL DE BRASÍLIA. A OBSESSÃO DA INTEGRAÇÃO

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 11, núm. 2, novembro, 2009, pp. 139-155

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951692008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

EIXO MONUMENTAL DE BRASÍLIA

A OBSESSÃO DA INTEGRAÇÃO

BRASILMAR FERREIRA NUNES

Desejo inicialmente desculpar-me perante a Direção da Companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do Concurso pela apresentação sumária do partido aqui sugerido para a nova Capital e também justificar-me. Não pretendia competir e, na verdade, não concorro; apenas me desvenço de uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta.

Lucio Costa, *Memorial Descritivo do Projeto n. 22 para a escolha da Nova Capital da República*, 1957

Não se pensa da mesma forma em todos os lugares.

Alain Badiou, 1994

RESUMO *Procuramos no presente texto fazer uma análise do impacto do novo museu e da biblioteca pública, construídos no Eixo Monumental de Brasília, que complementam parte da proposta original de Lucio Costa de um corredor cultural para atender algumas funções de cidade-capital. A análise é de cunho intraurbano, visto que procura captar as implicações destes novos artefatos na vida cotidiana dos moradores do Distrito Federal (DF) e no uso que se abre para uma subárea até então relativamente ociosa dentro do Plano Piloto. Nossa hipótese é de que a sua construção, na medida em que amplia e diversifica o seu uso, torna o espaço acessível a outros grupos sociais e produz alterações na apropriação do Plano Piloto pela população do DF como um todo, consolidando cada vez mais a cidade projetada. A nova acessibilidade ao espaço provocada pelos seus novos elementos constitutivos nos permitirá decodificar a dinâmica e o processo de apropriação deste território. Para tanto, faremos um estudo etnográfico a fim de perceber a expansão da influência de outros grupos no espaço até então restrito do Eixo Monumental, num esforço de retomada crítica do conceito de segregação socioespacial.*

PALAVRAS-CHAVE *Brasília; museu; cultura urbana; segregação socioespacial; planejamento urbano.*

APRESENTAÇÃO

Nosso intuito é contribuir para um debate que vem sendo feito ainda de maneira fragmentária dentro dos estudos urbanos no Brasil, mas que guarda a nosso entender um prisma original de análise deste campo entre nossos intelectuais e pesquisadores. A presença em congressos científicos, as pesquisas desenvolvidas em nossos centros de pós-graduação, a instigante possibilidade de questionar a relação espaço/sociedade quando se reflete sobre a experiência de Brasília são fatores que nos motivam. Especialmente, perseguimos uma ideia apresentada pelo professor Frederico Holanda da

FAU/UnB em Congresso da Anpur em 2007, em Belém (PA), quando de forma lúcida nos apela para um esforço interdisciplinar no sentido de contribuir para a delimitação de uma *arquitetura sociológica* que analisaria a relação entre arquitetura e sociedade, mais especificamente sobre as maneiras como se estruturam encontros interpessoais, de forma mais ou menos determinística, mais ou menos casual, concentrados ou não no espaço e no tempo.

De início, deixamos claro que a Brasília à qual o trabalho se debruça é o que se conhece como Plano Piloto, onde se encontram as instituições públicas, as residências da alta burocracia e o comércio e prestação de serviços que têm nelas e nela seus clientes privilegiados. É a área tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO e pelo Iphan, o que lhe confere uma dignidade particular; sobretudo se considerarmos que esta classificação se fez quando a cidade mal tinha completado os seus trinta anos. Até o momento há consenso entre os estudiosos da cidade de que aqui a interação através do espaço é descontínua no tempo: o desenho segrega as pessoas. A segregação socioespacial da capital foi comandada por políticas públicas como resposta a princípios ideológicos, não como resultado de mercado, regra nas demais cidades brasileiras (Holanda, 2002).¹

Em se tratando de cidade com pouco tempo de existência, é de se pressupor que em Brasília haja ainda uma memória em formação, que tanto pode ser um aspecto positivo como negativo. Positivamente, pode significar um princípio de liberdade que nos permite agir segundo nossos desejos e fazer disso um componente fundamental na construção de novas formas de sociabilidade, de vida em comum.² O lado negativo está na rápida proliferação da(s) cidade(s) em negativo ao redor do Plano Piloto. Assim, de um lado, uma cidade planejada, quase perfeita, e, de outro, um universo onde muitas vezes impera um mercado selvagem de terras, trazendo aquele ar caótico que caracteriza nossas periferias – a primeira induz o aparecimento da segunda.

Nesta realidade de dupla face, é na esfera simbólica que a desigualdade territorial se apresenta mais sutil e eficiente. Quando um morador da(s) cidades satélite(s) precarizada(s) circula pelos espaços “públicos” do Plano é que esta desigualdade se manifesta: nos parques, nos shopping centers, nas áreas de lazer das superquadras etc. É justamente nestes momentos que vemos que, apesar da tão decantada liberdade de circulação no espaço territorial do Plano, ele, no fundo, é uma das áreas públicas mais privatizadas das cidades brasileiras. É nesse aspecto que a realidade socioespacial de Brasília nos permite criticar tanto o planejamento quanto o urbanismo como prática social que nos condiciona a um padrão de espaço com sua estética e seus usos de forma quase impositiva.

Mesmo assim, classificou-se e fez-se o tombamento do Plano Piloto, pelo menos de algumas de suas áreas. Poderíamos nos perguntar: classificaram uma utopia? Se assim o é, estamos de acordo com André Micoud (2000) que, ao referir-se à prática do tombamento, argumenta que na medida em que haja unanimidade para este gesto podemos considerá-lo como um ato significativo, de importância. O Plano Piloto, o seu ideário urbanístico, com sua premissa de racionalidade espacial como modeladora de comportamentos sociais tinha muito de utopia. Assim, mesmo se há o consenso atual de que a era das grandes utopias está no mínimo em crise, nada mais oportuno do que classificar um monumento síntese de uma ilusão de sociedade, como foi a proposta de transferência da capital política do país nos anos de 1950. O resultado foi que o tratamento preservacionista dado a Brasília parte do entendimento da cidade como obra de arte acabada, o que pode significar que congelamos uma experiência única nas suas potencialidades de explorar o novo.

¹ Característica que por si só merece reflexões mais aprofundadas, que não faremos por instante.

² Talvez tenha sido esta a intenção do arquiteto quando desenhou a cidade e, utopicamente, imaginou um lugar onde as diferenças sociais seriam aplacadas por um desenho urbanístico em que os grupos e as classes “conviveriam em harmonia”.

Estas reflexões nos guiarão na análise do significado da inauguração recente do Espaço Cultural da República (museu e biblioteca pública) na Esplanada dos Ministérios em Brasília, como complementação de parte do projeto original de implantação de um espaço cultural naquela área da cidade. Trata-se aqui de uma perspectiva de compreender as mutações aceleradas que se observam na aparente estabilidade que a cidade apresenta. Brasília tem um ritmo ditado em grande parte pelo funcionamento do Congresso Nacional, uma rotina que condiciona a dinâmica da cidade. Entretanto, há que se decodificar os mecanismos de regulação social e política através dos quais o tecido urbano, sua fragmentação, a diversidade de práticas urbanísticas e territoriais, assim como a mobilidade interna e a emergência de novas centralidades, conduzem o pesquisador a reformular suas abordagens. Entendemos e tentaremos mostrar que a inauguração destes novos artefatos trazem novas formas de apropriação social daquela subárea.

O EIXO MONUMENTAL DE BRASÍLIA

O projeto de Lucio Costa para o Plano Piloto de Brasília concretiza todos os seus ideais humanistas, libertários e de valorização da cultura brasileira. Fez uma cidade-jardim ao emoldurar os prédios com uma faixa verde pensando em dar qualidade de vida à população. Inaugurou uma nova maneira de viver com as superquadras, onde os moradores poderiam encontrar todos os serviços que precisavam a poucos metros de casa: padaria, barbearia, farmácia, mercado, salão de beleza, tudo deveria estar em uma das lojas do comércio local. Propõe que lazer e diversão também deveriam ficar perto das pessoas, mas separados do poder da Esplanada dos Ministérios ou do vai-e-vem da área central, voltada para o trabalho (Costa, 1991).

No relatório para o concurso de escolha da nova capital, Lucio afirma categoricamente: “Brasília é a expressão de um determinado conceito urbanístico, tem filiação certa, não é uma cidade bastarda”. Construída para uma camada social média de funcionários públicos, Brasília traz essa marca na sua imagem. Ao mesmo tempo, o peso de seu desenho, aliado às funções político-administrativas, produz um efeito singular sobre a sociedade no seu conjunto. Por um lado, ela é o símbolo materializado da república. E isso não é algo simples, pelo contrário. Com tão pouco tempo de existência ela se consolida como capital da democracia política brasileira, tanto quanto foi durante o regime militar um elemento estranho e distante nas paisagens política e urbana e da sociedade. Por outro lado, internamente, permanece secreta para uma parcela significativa de moradores do Distrito Federal que para cá migraram justamente seduzidos pela sua imagem de esperança.³ Trata-se, de fato, de um espaço urbano cuja memória e, portanto, sua identidade, está em processo de construção.⁴

O plano para Brasília foi pensado em quatro escalas: a escala coletiva ou monumental; a escala cotidiana ou residencial; a escala concentrada ou gregária; e a escala de lazer ou bucólica. Façamos um passeio pelo Eixo Monumental valorizando o visível e, ao mesmo tempo, ensaiando uma leitura feita por diferentes pontos de vista e na qual possa intervir o movimento do observador, seguindo algumas sugestões de Linch (1999), que nos sugere descrever as variações do campo visual. Não se trata de um espaço *pitoresco* em razão da acumulação de planos diferentes, com rupturas bastante fortes numa distância relativamente curta; é, de fato, um espaço *monumental*, onde se observam sucessões lentas que não causam impacto na sua sequência (Panerai, 2006).⁵

3 A ideia de área “secreta” tem referência com a estrutura polinuclear do espaço urbano do DF que faz com que as satélites funcionem como cidades dormitórios, e o Plano Piloto – que concentra cerca de 60% do emprego formal do DF – seja visto pelos moradores de fora como o centro do poder, o espaço de trabalho. Há que se destacar que no plano demográfico, da inauguração em 1960 até hoje, a proporção dos moradores do Plano em relação à população total do DF passou de 48% a aproximadamente 10%.

4 A noção de “memória urbana” foi desenvolvida inicialmente por Pierre Nora (“*Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux*”, in Pierre Nora (org.), *Les lieux de mémoire*, Paris: Gallimard, 1984, para quem os lugares de memória podem ser lugares simbólicos para uma dada coletividade; lugares com acúmulo de investimentos simbólicos, portanto subjetivos, sujeitos e objetos construídos por determinada sociedade. Na concepção do Estado, o lugar da memória pode ser visto como o lugar da identidade coletiva (Silveira, 2006).

5 Isso se mostra mais evidente para um observador a quem o Eixo Monumental é parte do cotidiano e onde as mudanças nas sequências que ocorrem ao longo do tempo vão sendo absorvidas no dia a dia.

A consolidação do Eixo Monumental, espaço síntese do projeto de Lucio Costa, vem se dando de forma lenta ao longo desses relativamente poucos anos de existência. O Eixo tem início na Praça dos Três Poderes e termina no extremo Oeste do Plano, na estação rododiferroviária. Seu canteiro central, desde o Congresso até o cruzamento das Asas Norte e Sul, onde está a rodoviária urbana, é uma grande área livre, reservada para as grandes manifestações políticas nacionais. Após a rodoviária, para Oeste, este canteiro central passa a conter equipamentos tais como a Torre de TV, o Complexo Cultural da Funarte, o Planetário, o Clube do Choro, um moderno centro de convenções, a praça do Buriti, além do Museu da Cultura Indígena e, mais à frente, o monumento ao fundador da cidade (Juscelino Kubistchek). Termina com uma outra praça simples, sem artefatos, a não ser um cruzeiro, símbolo do catolicismo, usado inclusive para rituais de outras religiões. Daí até a rododiferroviária, no seu extremo Oeste, há um canteiro central vazio, com uma pequena igreja católica que comemora a passagem de um dos papas pela cidade.

Os limites do Eixo são, da sua extremidade Leste em direção a Oeste, os palácios dos três poderes, os ministérios, a catedral, o Teatro Nacional, em uma posição secundária, e agora o Museu da República e a Biblioteca Nacional; a rodoviária urbana é um marco na medida em que estabelece um corte com um elevado que marca o cruzamento do Eixo com as Asas. Há que notar, do lado Norte, o Conjunto Nacional e, do lado Sul, o CONIC, dois *shopping centers* tradicionais na cidade. Seguindo em direção Oeste, há nas laterais o setor de hotéis Sul e Norte, seguido pelo complexo esportivo e pelas edificações do governo local (GDF). Após isso, uma área vazia nas laterais do Eixo, onde predomina uma vegetação nativa e sem vida urbana.

Este é o espaço da cidade-símbolo que, na essência, se move em torno de uma área restrita, que essencialmente se reduz à Esplanada dos Ministérios e à Praça dos Três Poderes, pontos nodais e estratégicos na paisagem urbana. Na praça estão materializados em edifícios e palácios o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, além do Panteão da Democracia, num quadrilátero de enorme carga simbólica. Trata-se de uma praça que, apesar de bonita, é fria, pouco acolhedora, que não aproxima pessoas, apesar da inexistência de muros ou barreiras. De fato, não há nada que as afaste. Há um ambiente de cerimônia oficial que faz com que todos se sintam submetidos a uma disciplina codificada. Do centro da praça, os edifícios dos três poderes são equidistantes, inatingíveis, apesar de próximos, síntese do poder estatal que nos submete, muitas vezes sem necessidade de violência física, mas sempre com uma violência simbólica que lhe é constitutiva. Esse é o cérebro da cidade; é dali que emana a energia que alimenta o seu ritmo.

Ali também é um dos extremos do Eixo Monumental que, como vimos, corta verticalmente o Plano Piloto de Leste a Oeste, formando o corpo do pássaro cujas asas se curvam delicadamente para baixo no desenho. Ao longo deste Eixo, nas suas laterais, duas instituições estão presentes nos seus limites: o Estado, com sua alta hierarquia ministerial, e a Igreja, em posição relativamente secundária, porém visível, devido a uma arquitetura singular, como que enunciando o seu lugar próximo do poder. Logo após, entre a catedral e a estação rodoviária urbana, aparece o Espaço Cultural da República (Teatro Nacional de um lado, e os recém-inaugurados Biblioteca Nacional de Brasília e o Museu Nacional da República, do outro), artefatos da cultura ocupando lugar de destaque no desenho da cidade-símbolo. O Eixo Monumental resume, portanto, materialmente, as superestruturas normativas da tradição cultural (direito, religião, moral, arte etc.), concebidas como irredutíveis a uma simples ideologia; pode-se dizer que são a materialização do Estado.

A Figura 1 a seguir permite visualizar o Eixo Monumental, dando uma percepção de sua escala e grandiosidade.



Figura 1 – O projeto “Artes Visuais” da Funarte – Cead/UnB, Brasília, 2008. Fonte: Iara Martorelli.

DENSIDADE E VÍNCULOS SOCIAIS

Brasília, com seus setores funcionais, produz um território de baixa densidade intergrupos, o que reduz, de forma às vezes drástica, uma das dimensões da cidade a fato sociológico: segundo Wirth (1974), a sua natureza socialmente heterogênea. Portanto, pensar o espaço físico e social de Brasília nos leva a considerar que a urbanidade vem se realizando com base em uma cultura urbanística espacial e socialmente segregadora, dificultando a utilização do seu espaço público como local de interação social.

Esta característica termina gerando uma prática cotidiana de uso do território da cidade em que a particular combinação de elementos, tais como zoneamento funcional, prioridade pela circulação em quatro rodas, arquitetura residencial padronizada, baixa densidade, se agrega às propriedades inerentes à cultura moderna em sua expressão metropolitana, tais como individualismo, impessoalidade e consumismo. O resultado não involuntário desta combinação é a impossibilidade em Brasília da *flânerie* tradicional, que fica substituída por uma variante modernizada desta prática, qual seja, a contemplação do mundo urbano através das janelas dos carros ou, o que mais se coaduna ao componente mercadológico da *flânerie*, a contemplação da mercadoria no anonimato dos *shopping centers*, das galerias ou das feiras (Silva, 2003).

Nosso interesse, conforme já expressei, será refletir sobre o impacto no uso deste Eixo pela população do DF, considerando a recente inauguração do Museu Honestino Guimarães e da Biblioteca Leonel Brizola, obras de Oscar Niemeyer que, junto ao já existente Teatro Nacional, vieram complementar parte do ainda incompleto Conjunto Cultural da República. Estes novos artefatos situados na proximidade da rodoviária urbana da cidade, onde circulam diariamente milhares de pessoas oriundas das cidades-satélites, faz desse um dos raros espaços que sociologicamente podem ser considerados urbanos.

Entretanto, cumpre lembrar que a área urbana onde o novo museu e a biblioteca se situam é utilizada principalmente durante os dias de semana, nas horas de trabalho. Não

há ali pontos de encontro ou de sociabilidade, mesmo se levarmos em conta o clima árido e a ausência de abrigos que pudessem proteger ou favorecer frequências fora do trabalho ou dos edifícios administrativos. O resultado é que a subárea radicaliza a característica do Plano Piloto: a circulação por veículos automotores e a ausência de pedestres nas ruas. A ilustração abaixo permite perceber o cenário descrito: na hora do *rush* a pequena presença de pedestres e a predominância de veículos no Eixo.



Foto 1 – Eixo Monumental de Brasília ao anoitecer. Foto: Diego Lourenço Carvalho.

VISITA AO MUSEU DA REPÚBLICA

Brasília tem já algumas experiências de equipamentos culturais consolidados, espalhados por diferentes áreas da cidade: a Fundação Banco do Brasil, o Centro Cultural da Caixa Econômica Federal, a Funarte e outras galerias de instituições públicas, como o Banco Central e o Itamaraty, além de galerias de arte de iniciativas privadas.⁶ A complementação do Complexo Cultural da República traz um sopro novo na Esplanada dos Ministérios, uma área da cidade até então reservada para eventos políticos ou cívicos esporádicos. Por agora não se trata ainda de discutir as atividades do museu. Ele ainda é recente, tendo sido apresentadas até o momento três exposições: uma, quando de sua inauguração (2006), que sintetizava a trajetória de Niemeyer, e duas em 2008, sendo uma comemorativa do centenário da imigração japonesa ao Brasil na galeria principal, e, na sala ao lado, da trajetória futebolística de Pelé. Foram exposições em que a arte, ao invés de exercer uma função subversiva, teve um papel de “ligação”, o que se coaduna com a característica de museu oficial. De qualquer forma, as exposições são dignas de museus importantes, seja pelos temas, que remetem a aspectos da identidade coletiva nacional, seja pelo seu porte. Estas exposições permaneceram durante meses, o que evitou o acúmulo acentuado de público diário, e atraíram um número expressivo de visitas ao longo da sua permanência.

A acessibilidade ao local onde se situam os dois novos espaços culturais da cidade é relativamente fácil: próximo da rodoviária urbana, com inúmeras linhas de ônibus que ligam às cidades-satélites e vias expressas onde se circula sem maiores problemas de trânsito, à exceção dos horários de pico.⁷ Além disso, outra alternativa de transporte

⁶ Para se ter uma ideia da variedade de eventos de artes plásticas, fotografia, entre outros que ocorrem no DF, quando de nossa pesquisa, no fim de semana de 18/07/2008, havia 27 exposições ocorrendo na cidade.

⁷ Para a inauguração do Museu e da Biblioteca foi retirado do local um mercado informal que ali se implantou para aproveitar a elevada circulação de pessoas em trânsito na área.

coletivo, o metrô, tem na própria rodoviária uma de suas estações, o que significa que há a facilidade de um confortável acesso para quem vem de algumas das principais cidades-satélites, além de circular na área cerca de 600 mil pessoas por dia.

Esse é um aspecto de importância, pois, como ressaltamos, a concepção urbana do Distrito Federal é caracterizada pela polinucleação, em que as diferentes cidades não estão (ainda!) conurbadas, provocando distanciamento físico e simbólico entre elas. Estas distâncias encarecem o sistema de transporte coletivo, já precário em suas condições e com elevados preços, o que torna o cruzamento dos eixos na rodoviária o efetivo “centro da cidade”, dada a facilidade de acesso.⁸ Trata-se de um dos raros espaços do Plano Piloto que podem ser considerados urbanos na perspectiva sociológica.

Uma rápida leitura desta área nos permite ver que ela se insere num complexo mais amplo com o chamado Setor de Diversões Norte e Sul, que em Brasília se resume aos dois *shopping centers* – o CONIC e o Conjunto Nacional – na plataforma superior da rodoviária, além do Teatro Nacional. Trata-se de dois espaços comerciais e de serviços com elevado índice de interação e anonimato, mas que se mostram como área de exceção quando se verifica o vazio ao longo do Eixo que lhe corta. O Teatro Nacional em frente ao Conjunto Nacional não é integrado diretamente a este *shopping* e à sua rotina cotidiana, funcionando em período noturno com espetáculos esporádicos. Sua concepção o distancia tanto da plataforma superior da rodoviária quanto do próprio Eixo Monumental. A construção neste eixo, no nível do térreo da rodoviária, do novo museu e de uma nova biblioteca pública, requalifica a subárea, criando mais uma alternativa de uso deste espaço. Como veremos adiante, esta subárea aciona aspectos significativos da cultura, da memória e da identidade de Brasília.

É consenso que o desenho do Plano Piloto concebido por setores funcionais segmenta o uso e a ocupação do espaço da cidade. Tradicionalmente cidades se constroem segundo um desenho que vai do edifício sagrado ao mercado profano; esta extensão de significados é a da diferenciação de papéis, justapostos em territórios comuns ou separados por tênues barreiras físicas e/ou simbólicas (Ansary & Schoonbrodt, 2002). A primeira consequência da implantação deste complexo cultural é a diversificação do uso do Eixo Monumental, exatamente o seu núcleo principal. A originalidade do novo espaço cultural que se agrega à rotina da área é, sobretudo, a de inserir novos papéis naquele cenário por enquanto restrito: dominado especialmente pelas funções administrativas, e, portanto, pela presença do funcionalismo público como uma espécie de usuário cativo; a chegada do museu e da biblioteca incorpora novos elementos humanos na paisagem. Ao mesmo tempo, numa cidade política por excelência, o espaço público se firma um pouco mais com a construção deste novo artefato coletivo. Num certo sentido, aparece também como um contraponto de tendências atuais dos espaços coletivos de nossas cidades, lugares cada vez mais inseguros onde a presença do *flâneur* se torna mais rara, onde o espaço público perde cada vez mais o seu sentido. Assim, o Eixo, pelas suas funções, sejam administrativas, comerciais, e até religiosas e, agora, culturais, se firma cada vez mais como o centro da cidade numa cidade sem centro.

Neste ponto, a arquitetura do novo museu merece alguns comentários. Sua forma arredondada, lembrando uma enorme oca indígena ou um objeto extraterrestre, não estabelece níveis hierárquicos *a priori*. Todo o edifício está num plano único, como se fosse um imóvel de um único gabarito. Esta característica, comum aos palácios governamentais em Brasília, oferece, ao mesmo tempo, uma sensação aparentemente ambivalente: de monumento e de acessibilidade. Sua forma, portanto, se adéqua a seu destino: cria uma

⁸ Retornaremos mais adiante esta discussão sobre o “centro” de Brasília.

praça pública e sua função contribui para democratizar o acesso a um produto de consumo restrito, as artes visuais. Os concretos brancos ascéticos, também característicos da arquitetura de Niemeyer em Brasília, contêm uma “neutralidade” que democratiza o acesso. Agrega-se a este aspecto o fato de que as exposições ali são gratuitas, com horários flexíveis, se estendendo para além do horário do expediente do trabalho das repartições públicas que o circundam.

Estes elementos nos levam a outros pontos que merecem destaque. A arquitetura contemporânea vem apontando para uma nova visibilidade nas construções de grandes edifícios. A utilização do vidro com finos suportes de aço faz com que o interior e o exterior dos edifícios se confundam numa espécie de muro transparente. Entretanto, mesmo transparentes, há uma total ruptura entre o espaço interior e o exterior, numa concepção que une estética da visibilidade com o isolamento social. Há então aqui uma paradoxal tendência de se anular o espaço público, mesmo quando ele ganha mais visibilidade e transparência (Sennet, 1979).

O edifício do Museu da República em Brasília escapa desta tendência. O interior e o exterior são completamente separados. Como nos ensina Holanda, “o invólucro arquitetural filtra atributos do espaço natural, cria espaço transformado, adequado a fins práticos (arquitetura como valor de uso material, como *bem*) e expressivos (arquitetura como valor de uso ideal, como *signo*). As expressões – *bem* e *signo* – sintetizam as duas maneiras mais amplas pelas quais a arquitetura desempenha seu papel” (Holanda, 2007). Entra-se no edifício por uma rampa de concreto que chega numa porta estreita pelas dimensões do prédio. Uma vez no seu interior, tem-se uma surpresa imediata dada a amplitude da sala. Espaçosa e climatizada, cria uma atmosfera oposta ao exterior, árido, seco ou úmido dependendo do período do ano, sem janelas ou aberturas, não há nenhuma possibilidade de vista para o exterior. Escapa, portanto, às características da arquitetura de vidro, trazendo um aspecto original às tendências atuais de certa arquitetura em voga. De certo modo, reproduz situações limites de arquiteturas em que a relação entre o interior e o exterior é completamente oposta, em que as duas dimensões encontram-se afastadas, não nos permitindo nenhuma visão do que existe no interior do edifício. O caso limite pode ser exemplificado pelas Grandes Pirâmides de Gisé no Egito antigo, ou as pirâmides maias da América pré-colombiana. Há sempre uma separação entre o interior (lugar sagrado) e o exterior (lugar público).



Foto 2 – Museu da República em Brasília.



Foto 3 – Interior do Museu da República durante exposição sobre Niemeyer.

A área em torno, uma praça típica dos espaços oficiais de Brasília, se constitui por uma ampla superfície de concreto, com um pequeno espelho d'água que quebra ligeiramente a aridez, mas que coloca o edifício do museu como o centro, uma verdadeira escultura de concreto. Em outros termos, o museu é o centro de um espaço arquitetônico e seu porte absorve tanto o anexo quanto a própria biblioteca, que fica timidamente colocada numa posição de barreira em frente à rodoviária. Esta imagem é interessante, pois ultrapassa a função utilitária do edifício (museu) e recupera a sua função simbólica, na medida em que passa a ser também um símbolo do conjunto arquitetônico do Eixo Monumental e da própria cidade. Desta maneira, a arquitetura tem aqui uma conformação formal-espacial com componentes-meio (os elementos “escultóricos”, os “cheios”, os “sólidos”, a *forma*) e componentes-fim (os “vazios”, os “ocos”, os *espaços*) (Coutinho apud Holanda, 2007).

Em que espécie de sentido estético, ritual e social pode residir o prazer de flunar por um espaço que aparenta artificialidade, carece de efervescência, é repetitivo, vazio de diversidade, vazio de pessoas, vazio de alternativas? Esse parece ser o impasse do novo artefato no Eixo Monumental. Mas timidamente começam a acontecer exposições ao ar livre, especialmente de arte contemporânea, indicando futuras apropriações do espaço. Tais eventos estão a indicar que, pouco a pouco, a praça em torno do museu será uma nova alternativa para a realização de eventos na Esplanada, tais como ocorre em outras situações similares no mundo: Paris (Beaubourg), Bilbao (Guggenheim), São Paulo (MASP), Londres (Tate Modern Gallery) etc. Conforme nos lembra Holanda (2007), os *espaços* (ruas, avenidas, praças), lugares abertos na paisagem natural, é que seriam os elementos por excelência da linguagem arquitetônica; afinal é neles que estamos imersos. É de se esperar que as visitas ao museu sirvam como argumento para se frequentar a praça que o rodeia. Isso, desde que a utilização destes lugares abertos sejam adaptados para atividades que garantam interações sociais, além da ida às exposições.

A imagem a seguir permite visualizar a atmosfera exterior do novo espaço cultural da capital da República.



Foto 4 – Perspectiva vista do alto da rampa do museu, vendo-se a biblioteca em primeiro plano, o Conjunto Nacional à direita e, ao fundo, a torre de TV. Interessante perceber como a plataforma da rodoviária se integra ao solo na perspectiva observada.

A SUBÁREA DO COMPLEXO MUSEU E BIBLIOTECA COMO “CENTRO” DE BRASÍLIA

Brasília, resultado de um desenho na prancheta de um arquiteto urbanista não deixa de ser genial como proposta formal. Entretanto, sua implantação traz à ideia original a interferência na vida social, mesmo tendo que se contrapor à orientação conceitual da arquitetura racionalista que tira das ruas todas as suas dimensões sociais, culturais, simbólicas e emocionais. A cidade está ainda se consolidando e, portanto, as práticas de uso e ocupação de seu espaço ainda causam surpresas ao observador mais atento.

A proposta original para a Esplanada já antevia a futura diversidade de uso desta subárea do Plano Piloto. Assim, no “Relatório do Plano Piloto de Brasília”, está explicitado que “o setor cultural será tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias etc.” (Costa, 1991, p.24). Na proposta, o conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedido até além da plataforma, onde os dois eixos urbanísticos se cruzam. Na proposta há, ainda, íntima articulação entre a plataforma superior da rodoviária e a inferior. Além de guardar a perspectiva da Esplanada, vista do alto da plataforma, com exceção de suas bordas (ao Sul, um edifício ainda sem uma função precisa; ao Norte, o Teatro Nacional) com gabaritos baixos e uniformes, constituindo no conjunto um corpo arquitetônico contínuo. A vista para Oeste, do alto da plataforma, mostra os dois *shoppings*, com gabaritos relativamente elevados, onde se situam lojas, escritórios, consultórios e sedes de empresas e autarquias.⁹

Lucio Costa, revisitando o Plano Piloto em 1987, se surpreende com a realidade da sua rodoviária:

eu sempre repeti que essa plataforma rodoviária era o traço de união da metrópole, da capital, com as cidades-satélites da periferia. É um ponto forçado, em que toda essa popula-

⁹ “o tráfego é local, situou-se então o centro de diversões da cidade (mistura em termos adequados de Picadilly Circus, Times Square e Champs Elysées” (Costa, 1991, p.24).

ção que mora fora entra em contato com a cidade ... Isso tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente ... Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. (Costa, 1987.)



Foto 5 – Estação rodoviária urbana do Plano Piloto de Brasília. Foto: Diego Lourenço Carvalho.

Profética percepção, esta do autor do plano urbanístico de Brasília. Entretanto, pouco surpreendente para nós, pois sabemos que não se funda uma cidade. Ela é o resultado de processos sociais que na interação se manifestam no território fazendo aparecer formas urbanas muitas vezes inesperadas. A abordagem sociológica da cidade tem como tarefa ultrapassar sua representação puramente espacial/territorial; considerar, de início, que o objeto da sociologia são as interações sociais e os processos de mudança que nelas e a partir delas ocorrem. Todos estamos de acordo que cidade é sinônimo de sociedade, especialmente como corpo político, um lugar de produção de relações. A palavra *cidadão* considerava os indivíduos em razão de seu pertencimento a este corpo. Esquecemos muitas vezes a origem etnológica do termo, que se refere à *cidade*. Da mesma forma, o termo *política*, que vem da *polis* grega. Da mesma forma ainda, a concepção de “espaço público”, que designa, no sentido figurado, espaço do debate ou da comunicação, e, no seu sentido próprio, o conjunto dos espaços urbanos, ágoras, fóruns, praças públicas, ruas onde os homens podem se juntar para debater assuntos da cidade ou mesmo manifestar suas opiniões.

Assim, na contemporaneidade, a existência de lugares de encontro, onde há a possibilidade de ver e ser visto, de discutir assuntos diversos, continua sendo constitutiva da cidade como fato social, por mais que o uso do espaço público venha se alterando. Os equipamentos de acesso coletivo (praças, ruas, feiras, museus etc.) podem ser compreendidos na sua função de socialização. Não se trata aqui de entendê-los como unidades de produção de alguma mercadoria específica: são, sobretudo, artefatos coletivos cuja principal função é a circulação de pessoas, de símbolos que compõem as construções identitárias. A cidade e seus equipamentos coletivos assumem então a figura de uma totalidade complexa, de uma unidade que desenha suas instituições no espaço da representação. A cidade na sociologia é, portanto, o lugar do “não falado” do “não dito”, do *mostrado*.

A imagem de Brasília esteve sempre marcada pelo signo de *excepcional* ou de *extraordinário*, ainda que se tenha de certa forma banalizado suas próprias características, muito provavelmente pela sucessão de eventos políticos e burocráticos desgastantes que terminam por se confundir com a cidade. Viver em Brasília significa, assim, manter certa intimidade com tudo aquilo que ela contém de teatral, em excesso ou exuberância, exposto cotidianamente na mídia nacional. Entretanto, para os seus habitantes há ainda a percepção de que uma cidade está, cada vez mais, se consolidando num processo em que estão todos envolvidos. Este sentimento se renova na medida em que novos investimentos são feitos para dispor a cidade de infraestrutura (como o metrô ou a expansão da área residencial para o Noroeste da cidade) ou completar o projeto original (como o novo espaço cultural da República).

Neste movimento de criação da cidade, o seu uso por seus habitantes vai também se redefinindo. Há uma dinâmica intraurbana particularmente na sua dimensão microespacial, que pode ser observada quando nos debruçamos sobre a sua lógica de ocupação, tanto por pessoas como por atividades. Ao mesmo tempo, existem ainda processos que envolvem a cidade no seu conjunto. Esse pode ser o caso da consolidação do centro de Brasília. Pela sua característica de polinucleação e até mesmo pela setorialização das suas funções no seu plano urbanístico, fomos sempre convencidos de que a cidade não tinha um “centro”. O Plano Piloto guarda uma imagem de ordem, de uma rigidez férrea que se contrapõem à “anarquia” do espaço da cidade tradicional. Esta ordem característica do Plano Piloto funciona com a contribuição a um desenho linear e para uma sociedade aparentemente estável. Termina produzindo um modelo de apropriação do espaço pelos moradores que se condiciona ao ângulo reto de suas vias, à ausência de cruzamentos, à circulação motorizada, num distanciamento do contato direto com a cidade. Ela se mantém distante e toda forma de apropriação de seu espaço aparece como concessão e não como direito.

Este desenho se rebate na lógica social da cidade que se apresenta como algo estruturado em camadas que parecem se superpor umas às outras, sem jamais se misturar. Tendo sido apropriada imediatamente após sua inauguração pela classe média, e contando sempre com irrestrita atenção do Estado à sua manutenção, adquire imediatamente a característica autônoma das formas individualistas de existência social (Giddens, 1975). Opõe-se, assim, a outras lógicas urbanas dentro do DF que se desenvolvem nas cidades-satélites e mesmo nas cidades de seu entorno. Estas distintas formas urbanas produzem espaços com tempos também distintos, o que termina por transformar o DF numa área urbana como as demais do país, ou seja, com elevada dose de heterogeneidade socioespacial, dentro da qual Brasília aparece como exceção. Entretanto, a definição de um “centro” permanece em pauta, apontando que a cidade está ainda incompleta.

A noção de “centro” ou a determinação de centralidade que daí resulta se baseia na soma de elementos distintivos (forma, função, posição etc.), os quais nas suas inter-relações lhe atribuem conotações específicas. O “centro” se produz por três ordens de fatores (Ostrowetsky, 1994):

- 1 o “centro de um conjunto” que permite a identificação (espaço monumental, com capacidade de agrupamento que simboliza a cidade do ponto de vista político, jurídico e religioso);
- 2 o centro como sinergia (a parte pelo todo) que “representa”, por sua essência, o papel político e administrativo de toda a cidade;

- 3 o centro como ponto de convergência e espaço de concentração, o qual confere a certo lugar o valor de “núcleo” e que, por sua vez, define metaforicamente seu conteúdo essencial de centralidade mais do que sua posição real no espaço urbano.

Estas três ordens de fatores de centralidade não são excludentes e podemos utilizá-las para refletir sobre o Eixo Monumental, particularmente sobre a subárea em torno da rodoviária. Objetivamente, nos perguntar se a configuração da área onde estão situados os novos artefatos na Esplanada e a forma de sua utilização alteram a maneira com que os indivíduos e os grupos se localizam e se movem naquele espaço, e qual seria a modificação visível nas condições de encontros e esquivanças interpessoais, assim como para a visibilidade do outro. Sem dúvida a sua capacidade de agrupamento é inegável, além do fato de que nas suas proximidades, ao alcance dos olhos, está situado todo o arcabouço material do Estado, na Esplanada dos Ministérios. É o espaço da política nacional, lugar das grandes manifestações públicas na cidade. Entretanto, afora o espaço dos *shoppings* onde há um comércio e a prestação de serviços permanentes, a utilização desta subárea, especialmente na Esplanada, não se faz de forma corriqueira no cotidiano. Por ter uma elevada utilização como lugar de passagem, fica-se com a sensação de ociosidade, com suas calçadas vazias praticamente o dia todo, mesmo na hora de maior movimentação. E, no entanto, conforme já frisamos, é um dos lugares de maior circulação de pessoas dentro do Plano Piloto, com elevado potencial de polarização. Isso sem lembrar os aspectos simbólicos que o lugar contém e que remetem a outros elementos maiores do que o próprio Museu.

Entretanto, a proposta original de fazer desta subárea o centro da cidade não se completou ainda. A inauguração do novo museu preenche parte desta função, na medida em que se apresenta como uma nova possibilidade de uso coletivo deste espaço, integrando-o um pouco mais à lógica social da cidade. Insistimos nesta dimensão, pois o que se tem hoje é, sobretudo, a utilização da Esplanada para eventos políticos nacionais. A população do DF se vê em parte excluída do seu uso cotidiano, mesmo porque sua função ainda se restringe às funções administrativas do Estado.

Temos no Distrito Federal uma pluralidade de formas de vida se materializando em linguagens espaciais diversas e heterogêneas que, na essência, podem ser lidas como síntese de uma sociedade aberta nos termos popperianos, segundo os quais a magia cede lugar para decisões pessoais, em pleno processo de consolidação identitária. O peso simbólico do Plano Piloto (especialmente do seu Eixo Monumental) é enorme e monopoliza as representações sobre Brasília. A possibilidade de permitir ou de ampliar o acesso à área por parte dos habitantes do DF pode significar uma efetiva apropriação do espaço da cidade pela população local. O Espaço Cultural da República pode, portanto, ser lido como mais um elemento formador da identidade cultural da cidade vista na sua dimensão heterogênea, pois autoriza a utilização daquele território, até então monofuncional e monopolizado pelo funcionalismo público exclusivamente como lugar de passagem. Podemos retomar mais uma vez a Holanda (2007, p.124) e lembrar que as pessoas “se fazem humanas pelos sistemas simbólicos que inventam, pelas maneiras de criar e usufruir dos lugares”.¹⁰ Isso é especialmente válido se nos ativermos à facilidade de acesso ao novo artefato urbano que rompe com a setorialização tradicional do espaço da cidade, que até o momento tinha apenas a Torre de TV como referência de alternativas de uso territorial do Plano Piloto (seu Eixo Monumental) por outras camadas sociais, com outros fins além do trabalho.¹¹ Particularmente o acesso à cultura escandalosamente desigual, inclusive em ra-

10 Mais ainda: “Prática humana é perceber estímulos visuais de uma sequência de ruas e praças e, a partir disso, formar uma imagem mental estruturada (aspectos topoceptivos); é emocionar-se diante da leveza da arquitetura de Oscar Niemeyer (aspectos afetivos)” (Idem, 1991, p.124).

11 A Torre de TV é onde se realiza uma tradicional feira de artesanato do DF e tem sua acessibilidade garantida pela proximidade da estação rodoviária, tal qual o novo museu, só que no sentido oposto ao da Torre, em direção à Esplanada dos Ministérios.

12 De fato, o Distrito Federal reproduziu a realidade social do país de forma radical, pois além de expressá-la no território, expressou-a também no simbólico do lugar.

13 O poder dogmático que pleiteia o tombamento do Plano Piloto, num contexto urbano heterogêneo como o do DF, se baseia numa ordem que é aquela do tempo estagnado ou repetido *ad aeternum*; esta é a ordem do monumento histórico, em que o tempo é o tempo natural, físico. Ignora a existência de um outro tempo, igualmente natural, no sentido fisiológico e não físico. É o tempo do “desenvolvimento”, que se refere ao tempo do fenômeno vivo.

14 O Grupo de Trabalho Brasília (GT – Brasília), formado ainda no início dos anos 80 por profissionais da Universidade de Brasília, do governo do Distrito Federal e da Fundação Pró-Memória, teve com objetivo traçar e definir parâmetros para a política de preservação do patrimônio do Distrito Federal. A proposta do grupo de ampliar a área a ser preservada de forma a abranger realidades preexistentes não foi incorporada no processo de tombamento.

zão do padrão territorial de uso e ocupação do solo, torna-se mais efetivo, rompendo com esta lógica excludente que impera em Brasília.¹² Quando do tombamento da cidade, pouco se falou sobre o componente social do Plano Piloto, ou melhor, foi uma dimensão completamente descartada.¹³ Nesse sentido, o tratamento preservacionista dado a Brasília, que parte do entendimento da cidade como obra de arte acabada, poderia estar significando que congelamos uma experiência única nas suas potencialidades de explorar o novo.¹⁴ O novo artefato introduz um novo elemento neste debate, apontando que talvez a proposta original tivesse méritos ainda pouco explorados na sua concepção.

Nesta perspectiva, podemos considerar que uma cidade se constrói ao longo de uma história que lhe é própria, história em permanente movimento. Como acumulação de signos, de bens, de pessoas, de equipamentos, ela é também memória, fluxos. Temos, entretanto, que considerá-la como fenômeno fragmentário em que as partes se unem por fios invisíveis, muitas vezes em situações de tensões implícitas ou explícitas. Em outras palavras, trata-se de fenômeno que só se compreende como totalidade, mesmo se recortado em pedaços que reúnem pessoas, riquezas e atividades antes dispersas. Cabe lembrar ainda que, ao contrário do *campo* econômico, os *campos* simbólicos, como o religioso ou artístico, supõem que os agentes que nele atuam sejam “desinteressados” e que as trocas que aí se realizam não sejam trocas monetárias. Ao refletir sobre uma cidade-capital deve-se levar em conta que o Estado, sendo uma *abstração real*, só existe no espaço da representação, como território, um mapa no qual se distribuem as instâncias administrativas: regiões, estados, municípios, capitais. O Estado é, assim, o capital institucionalizado, e uma das cidades se destaca como cidade-capital do Estado, marcando uma importante dimensão de sua identidade.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

É na dimensão interna à cidade que estamos insistindo sobre o lugar que os novos artefatos arquitetônicos vão ocupar. O Eixo Monumental, conforme já frisamos, é o lugar das grandes manifestações da sociedade brasileira, o lugar da política nacional. E justamente o fascínio que este lugar emite é também o que motiva indivíduos e famílias a optarem por Brasília. São duas lógicas de apropriação da subárea que se apresentam. Uma, que se deve ao papel de capital política, e outra, que se deve ao lugar de opção de moradia e construção de trajetórias de vida. Não são excludentes, pois em ambas a forma como meio de aprendizado dos lugares responde a expectativas sociais, genéricas ou específicas, colocadas pelo próprio processo de conhecimento que termina por dar sentido à forma urbana.

Kohlsdorf (1996) chama atenção para a vertente que avalia a forma dos lugares por sua resposta a expectativas psicossociais, ou seja, como adquire sentido afetivo para seus usuários. A afetividade tem sido definida pela identificação emocional das pessoas com os lugares, qualificados como hospitaleiros, alegres, frios, agressivos, estimulantes, monótonos etc. Ao lado desta expectativa há ainda duas outras – a estética e a informação – que, juntas, dão sentido à apreensão da forma dos lugares, e nos são úteis para perceber a maneira como os habitantes do DF captam o significado daqueles novos artefatos de uso coletivo. Há uma nova possibilidade de usufruto do território “sagrado” da capital e, na medida em que o acesso é generalizado aos diferentes grupos sociais, há também a democratização do espaço da política materializado no Eixo Monumental de Brasília.

Baseados nas considerações apresentadas, vamos procurar agora responder a algumas das questões colocadas, de maneira explícita ou implícita, neste texto. Elas são de naturezas distintas: a formação da identidade de Brasília, os limites ainda presentes na proposta até agora implementada do projeto original do Plano Piloto, a diversificação do uso da subárea do Eixo Monumental em relação aos novos artefatos instalados.

A primeira delas talvez seja a que sintetiza com mais propriedade as demais, pois resume grande parte do conteúdo do texto. Brasília, como experiência de cidade nova, não possui um passado que se prende à nossa história urbana. A sua origem é caudatária de um movimento que ocorre na concepção de cidade que vigorou, especialmente a partir do século XX, e que se guiou pelas implicações das guerras na Europa e pela necessidade de reconstrução das cidades então destruídas. Estaria aí a proposta urbanística do modernismo, estabelecendo que as construções contemporâneas não deveriam orientar-se pelo passado, o que fez com que a cidade da segunda metade do século passado se desenvolvesse por rupturas históricas, como se nela não houvesse laços temporais (Kohlsdorf, 1996). A racionalidade do seu plano urbanístico, mesmo se procurando resgatar aspectos da cultura brasileira, não escapa a esta lógica “futurista”.

Cabe ainda lembrar o componente político-ideológico na sua concepção, que antevia através do desenho a possibilidade de uma sociedade nova, de um homem novo. Sem as implicações da lógica concorrencial do mercado, pôde-se implantar um piloto de cidade original em que as propostas da prancheta foram implementadas praticamente como imaginadas. Já se analisou e criticou bastante as implicações deste gesto (Holston, 1993; Holanda, 2002; 2007; entre outros). Entretanto, não se pode negar que a cidade deu certo. Ela se firmou como representação da nação, tanto quanto símbolos como a bandeira e mesmo o hino nacional. Esta posição no cenário urbano e simbólico brasileiros implica certas responsabilidades por parte do Estado na preservação desta experiência.

A segunda ordem de questões refere-se aos problemas que começam a aparecer justamente pelo fascínio que a cidade exerce sobre populações “disponíveis” para migrar, para as quais o novo núcleo passa a contar como uma alternativa plausível de destino e fixação. A heterogeneidade social que vai então caracterizar o seu espaço vai recolocando questões à sua viabilidade, questionando a sua própria concepção original que, na sua dimensão intraurbana, passa a ser uma exceção dentro de um território diversificado. Assim, é como exceção que o seu Plano Piloto continua a ser a síntese da nova capital e, simbolicamente, segue representando a essência das subjetividades que optaram por Brasília. Ao lado do controle exercido pelo Estado, hoje a cidade divide esta função com mecanismos do mercado imobiliário, particularmente pelo lucro que pode se obter com a expansão de seu ambiente construído. Assim, como espaço de exceção, o Eixo Monumental permanece o seu mais precioso território, pois sintetiza simbolicamente a própria cidade, lugar onde ainda se pode executar o que ainda falta da proposta original.

Finalmente, a análise dos novos artefatos que compõem o Espaço Cultural da República no Eixo Monumental se guiou por aspectos ligados ao seu potencial de utilização, em que o espaço é visto como um objeto de consumo, que é determinado, antes de tudo, pela sua própria natureza. Trata-se, portanto, de um produto potencialmente capaz de favorecer o desenvolvimento de interações humanas e inserir aquela subárea na dinâmica mais ampla da cidade, vista no seu conjunto. A acessibilidade que se promove com estes novos artefatos que oferecem bens culturais para uma ampla parcela de população do Distrito Federal, num local até então exclusivo do Estado e seus funcionários,

Brasilmar Ferreira Nunes

é professor do Depto. de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PGSD) da Universidade Federal Fluminense; colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB e pesquisador do CNPq e FAPERJ. E-mail: bnunes.uff@gmail.com.

Artigo recebido em maio de 2009 e aprovado para publicação em setembro de 2009.

redimensiona o próprio sentido de apropriação do espaço da cidade. A Esplanada dos Ministérios que é, no cotidiano do morador da cidade, um corredor de tráfego sem maiores atrativos, pouco a pouco se transforma num território de usos diferenciados, múltiplos. Modificam-se os mecanismos de sua apreensão na medida em que se trata de um lugar com elevada dose simbólica da função de capital da nação, constitutivo da identidade tanto da cidade como de seus moradores. A forma do novo complexo arquitetônico é de tal maneira original que se destaca imediatamente quando se olha para a Esplanada, concorrendo tanto com o edifício do Congresso Nacional como com o da Catedral, dois ícones da arquitetura de Brasília. Podemos recuperar a reflexão de Lefebvre (2001) segundo a qual o direito à vida urbana se traduz pelo seu uso como lugar de encontro e de interações sociais, onde inúmeras possibilidades humanas de vida em sociedade podem se apresentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CATTEDRA, R.; MEMOLI, M. La réappropriation du patrimoine symbolique du centre historique de Naples. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). *Retours em Ville*. Paris: Descartes, 2003.
- CORREIO BRAZILIENSE. Lucio Costa: o legado do humanista. 13.06.2008.
- COSTA, L. Brasília revisitada. *Diário Oficial do DF*, 14.10.1987.
- _____. *Brasília: a cidade que inventei (Relatório do Plano Piloto de Brasília)*. Brasília: Codeplan/GDF, 1991.
- COUTINHO, E. *O espaço da arquitetura*. Recife: UFPE, 1970.
- FORQUET, F.; MURAND, L. *Les équipements du pouvoir: villes, territoires et équipements collectifs*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1973.
- GIDDENS, A. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HOLANDA, F. *O espaço de exceção*. Brasília: EDUnB, 2002.
- _____. Arquitetura sociológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.9, n.1, Anpur, 2007.
- HOLANDA, F. De vidro e concreto: relações espaço interno x espaço externo na arquitetura de Oscar Niemeyer. Brasília, 2007. (Mimeo.)
- HOLSTON, J. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e de suas utopias*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- KOHLSDORF, M. E. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: EDUnB, 1996.
- LEFEBVRE, H. *Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MARTORELLI, I. B. *A visibilidade das exposições da FUNARTE em Brasília: o projeto Atos Visuais como exemplo*. Brasília: CEAD, 2008.
- MICOUD, A. L'écologie urbaine comme utopie contemporaine. Paris, *Quaderni*, n.43, 2001.
- OSTROWETSKY, S. *L'imaginaire bâtisseur: les villes nouvelles em France*. Paris: Librairie des Méridiens, 1983.
- PANERAI, P. *Análise urbana*. Brasília: EDUnB, 2006.
- SENNET, R. *Les tyrannies de l'intimité*. Paris: Ed. du Seuil, 1979.
- SILVA, I. E. M. *Brasília, a cidade do silêncio*. Brasília, 2003. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

SILVEIRA, C. B. Projetos urbanos-culturais na cidade do Rio de Janeiro: experiências recentes nas áreas da Lapa e da Praça Tiradentes. In: JEUDY, H. P.; JACQUES, P. B. (org.). *Corpos e cenários urbanos*. Bahia: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

A B S T R A C T *We seek in this text to analyze the impact of the new museum and public library built in the Monumental Axis in Brasília, supplementary part of the original proposal from Lúcio Costa of a cultural corridor to attend some functions of city-capital. The analysis relies primarily on intra-urban, in a sense that seeks to capture the implications of these new artifacts in the everyday life of residents of the District and use that opens to a sub-area hitherto relatively idle within the "Plano Piloto". Our hypothesis is that its construction as it expands and diversifies its use makes space available to other social groups and will produce changes in ownership of the "Plano Piloto" for Brasília's population as a whole, increasingly consolidating the designed city. The new accessibility to the new space caused by its constitutive elements allows us to decode the dynamics and process of ownership of this territory. To do so an ethnographic study will be made in order to realize the expansion of the influence of other groups in the space until then restricted on the Monumental Axis, in an effort to take back criticism of the concept of socio-spatial segregation.*

K E Y W O R D S *Brasília; museum; urban culture; socio-spatial segregation; urban planning.*